

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar os artigos, que nesta edição, a Revista *Geografia em Questão* divulga sob um título que nos interroga e se constitui num desafio cotidiano: “Fronteira em perspectivas local e regional”. Assim, duas questões se destacam a esse respeito: a primeira, diz respeito aos trabalhos aqui apresentados, são trabalhos produzidos por pesquisadores de Universidades de Fronteira e que participam regularmente de um evento internacional itinerante que é o “Geofronteiras (português)/*Geofronteras* (espanhol)”, portanto, resultam do V *Geofronteras* intitulado “*Territorialidades y Sujetos Transfronterizos*” realizado na Universidade Nacional de Posadas, (cidade de Posadas, Misiones - Argentina), no ano de 2019; a segunda questão, diz respeito aos autores dos trabalhos, que em sua maioria, vivem numa região de fronteira situada entre os países da Argentina, Brasil e Paraguai o que implica na construção do conhecimento da realidade fronteiriça desde suas experiências e vivências como sujeitos transfronteiriços em diálogo e interpelação com as leituras epistemológicas de seus campos disciplinares.

Este alcance territorial e acadêmico é decisivo e determinante, posto que, tanto os sujeitos como os objetos em análise se correspondem com as territorialidades abordadas, cujas abordagens, os autores se orientam a estabelecer convergências entre as especialidades disciplinares, a fim de contribuir para a consolidação de uma perspectiva inter ou transdisciplinar para dar conta de uma territorialidade de fronteira que se apresenta como heterogênea, complexa, modificável, dinâmica e multiescalar. (OVIEDO e ARELLANO, 2020).

Assim, as territorialidades transfronteiriças se constituem em territorialidades caleidoscópicas. Trata-se de um território de forças que sustenta uma rede de relações sociais complexas que cria oportunidades, ao mesmo tempo em que, define uma alteridade pondo interdições/proibições a partir da linha de fronteira. São territorialidades vividas, necessariamente plurais e diacrônicas nas quais os cidadãos de fronteira constroem e recriam, a partir de suas vivências cotidianas, densas relações sociais, econômicas e culturais. São relações que se estabelecem sob sistemas normativos aleatórios, versáteis e pragmáticos cujas contradições, azares, vazios ou sem sentidos que são cobertos e recriados pela ação dos sujeitos sociais territoriais flexíveis, que vivem “no” e “dos” recursos materiais e simbólicos disponíveis no dito território, cuja conjugação permite descrever cada período histórico em função dos intercâmbios transfronteiriços. (ARELLANO, 2020).

O regional e as regiões, o local e as cidades são as perspectivas e os núcleos temáticos que emergem e se referem à problemática fronteiriça debatendo e refletindo acerca dos processos de territorialização, regionalização e fronteirização, em ou desde nossa região de fronteira. Nesta perspectiva, entende-se que é preciso desconstruir as formas de entendimento sobre essas realidades, que acontecem dentro e entre as margens dos Estados nacionais, havendo a necessidade de reconhecer a diversidade de sujeitos e de trajetórias plurais que, historicamente, caracterizam a vida cotidiana desses lugares. E, sendo a fronteira um *lócus* que se caracteriza pela constante e grande mobilidade social, examinar as trajetórias grupais e individuais, implica observá-las desde a centralidade das relações e a complexidade das articulações sociais, considerando nelas a(s) perspectivas(s) estatais, desde aquelas que se projetam em sentidos polivalentes que impactam e influenciam as práticas dos sujeitos envolvidos das populações fronteiriças. Por exemplo, as análises “dos caminhos das famílias e dos sujeitos descrevem relações e situações que transgridem e/ou rompem as determinações estatais, pois a mobilidade social impulsionada pelo fluir constante de migrantes” (OVIEDO, 2020 b) foi e ainda é um dado característico da região de fronteira. Direcionando o olhar para a circulação de grupos, o intercâmbio de bens, a construção e interconexão de laços de parentesco e redes de solidariedade e reciprocidade revelam o entrecruzamento de tramas e quadros de uma realidade social que se sobrepõe às jurisdições político-administrativas.

Em tal sentido, é dizer, numa perspectiva que focaliza as regiões como *"espaços de encontros e trocas entre povos que ultrapassam constantemente os limites dos Estados porque têm um passado comum"* (ARELLANO e OVIEDO, 2017; OVIEDO, 2020 a) e, por essa razão, apesar dos conflitos, seus habitantes se mantêm vinculados através de redes de parentesco e de múltiplas relações interpessoais que atravessam, cruzam e definem variadas formas e configurações espaciais das relações humanas. Deste modo, vão evidenciando-se territorialidades diversas que num ou noutro momento concordam e/ou contradizem as políticas definidas e implementadas a partir dos Estados, departamentos, províncias e municípios de pertencimento.

A partir da região e na região originam-se e convergem fenômenos sociais representativos de natureza local, nacional, internacional e global, como, por exemplo, o impacto das hidrelétricas e os processos de conurbação binacional e até trinacional transfronteiriços. A des-localização e re-localização das comunidades vulnerabilizadas e dos povos indígenas, a sobre-exploração da mão de obra temporária, a mobilidade migratória permanente, são fenômenos que põem em jogo ou inter-jogos indistintas formas de afrontar e permanecer na fronteira.

Neste contexto, emerge e subsiste um protótipo de sujeito histórico fronteiriço, dinâmico e adaptável que continuamente subverte e inverte as regras de acordo com suas necessidades e interesses em benefício próprio, tirando partido de circunstâncias promissoras, voláteis e/ou normalmente duradouras, que num ou noutro lado da fronteira são apresentadas. Do mesmo modo, beneficiam-se das diferenças cambiais, das possibilidades de acumulação de riquezas, das alternativas de inserção laboral, do acesso a serviços sociais e educacionais, dentre outros.

O Dossiê Fronteiras em Perspectivas local e regional reúne dez artigos que abordam problemáticas diversas a partir de uma pluralidade de perspectivas analíticas e disciplinares que foram organizados em torno de três eixos, dentre outros ordenamentos possíveis, assim, convidamos o leitor(a) a desordenar e reordenar as ideias segundo seu critério, considerando as múltiplas entradas possíveis que cada eixo e trabalho habilita: 1- Cidades e intercâmbios econômicos e de trabalho, 2- Relações e mobilidade transfronteiriça, interações e redes sociais e, finalmente, 3- Territorialidades e integração regional no que diz respeito a problemas de urbanização, segurança e acesso à saúde os quais apresentamos resumidamente abaixo.

No primeiro eixo, emergem as cidades e certos sujeitos ou setores sociais como centro de atenção nos contextos urbanos fronteiriços atuais. Quer se trate de uma política demográfica explícita para a região de fronteira ou antes da simples inércia do crescimento populacional não planejado, verifica-se que praticamente frente a toda a cidade de fronteira, se erige outra cidade na margem oposta do limite fronteiriço. A concorrência e a complementaridade econômica comercial e laboral entre cidades de fronteira constituem um dos laços que as mantêm unidas nas interações cotidianas, mas, por outro lado, as tensões em determinadas circunstâncias travam o crescimento populacional e econômico conjunto. Neste sentido, o trabalho de Anabel Capasso demonstra comparativamente as barreiras aduaneiras e migratórias que constituem o marco legal da competência entre Posadas (Misiones-Argentina) e Encarnación (Itapúa-Paraguay). Analisando o mesmo recorte espacial geográfico, Carla Cossi, reitera a aposta na integração e na complementaridade entre ambas as cidades definindo-as como um único complexo urbano transfronteiriço. Para esta autora, os fluxos incessantes da força de trabalho estabelecidos pelos atores de ambas as cidades revela, também, que enquanto uns desenvolvem estratégias laborais transfronteiriças sem migrar, outros se beneficiam da contratação de mão de obra informal e precarizada. Por sua vez, Lucas P. Mesquita, Everton de M Konesieski e Juçara Spinelli mobilizando o conceito regiões-redes analisam os fluxos empresariais e comerciais entre cidades gêmeas do Rio Grande do Sul, na fronteira Brasil-Argentina e indicam que os limites se determinam pelos

fluxos empresariais transfronteiriços. Ao adotarem o conceito regiões-redes os autores finalizam o trabalho indicando a necessidade de se priorizar escalas além das esferas nacionais para estudos fronteiriços.

No segundo eixo deste dossiê, Aline Kammer e Maristela Ferrari analisam os fatores que contribuíram para a crescente mobilidade transfronteiriça entre os municípios de Pato Bragado (Paraná- Brasil) e Nueva Esperanza- (Canindeyú – Paraguay), e apontam que-, para além da construção do reservatório de águas da hidrelétrica de Itaipu binacional (Brasil-Paraguay)-, são as assimetrias sócio-espaciais o motor de redes e fluxos da crescente mobilidade transfronteiriça. Por sua vez, Jerson Junior Naibo, Shara Brunetto e Marlon Brandt, através do trabalho de campo, buscaram demonstrar as diversas relações fronteiriças e a possibilidade de vinculação entre as diferentes áreas da geografia, sobretudo a partir dos sujeitos que as estudam e aqueles que vivem no dito lugar. A partir de espaços situados em diferentes pontos da fronteira, Alexandre Bergamin Vieira, Kamila Madureira da Silva, Raphaella Elías Pereira e Lucas Manoel Cardoso de Oliveira examinam comunidades organizadas em locais específicos da Tríplice Fronteira, problematizando a mobilidade territorial transfronteiriça de diversos grupos étnicos e camponeses e revelando as dificuldades de seus acessos a direitos fundamentais e a questões que daí emergem em torno das desigualdades do sistema capitalista.

A integração regional MERCOSUL – concebida a partir do Tratado de Asunción (1991) como integração de blocos regionais de Estados-nacionais, isto é, como alianças estratégicas para o desenvolvimento econômico-comercial, desvenda e, ao mesmo tempo, torna invisível a realidade dos vínculos sociais, culturais e econômicos transfronteiriços na escala local e regional, os quais têm uma profundidade histórica, que remonta ao século XIX, ou seja, que antecede a consolidação dos limites territoriais entre países do bloco regional. Por isso, corrigir as realidades dos vínculos transfronteiriços implica em construir uma epistemologia contra-hegemônica e pós-abismal, no sentido de contradizer a narrativa estadocêntrica dos países sobre seus limites territoriais e sua inerente construção de alteridade/identidade. (SOUSA SANTOS, 2010 e BOIVIN *et al*, 2004).

No terceiro e último eixo deste dossiê, destacam-se os vínculos que fazem e/ou desfazem as conexões entre os sujeitos sob diretrizes da integração, mostrando que, a despeito dos esforços empreendidos pelo Bloco Regional do Mercosul, a partir dos centros de poder dos países participantes, a integração transfronteiriça é sempre um compromisso local, pensada e projetada pelas Universidades de Fronteira e executada pelos gestores municipais/prefeituras e governos provinciais/estaduais. Os trabalhos que compõem este eixo

temático demonstram esta situação comum ao analisarem diferentes casos, mesmo quando se tratam de questões de integração locais transfronteiriças muito diversas. Assim, enquanto Liliana E. Wolheim, Nora M. Jacquier, Etelvina R. Osorio e Ruth N. Martínez refletem sobre as incipientes políticas de integração em saúde pública de Posadas (Misiones, Argentina) e Encarnación (Itapúa, Paraguai), Ricardo Dias Pereira e José C. dos Santos examinam, a partir do conceito de "territorialidade(es)", as incoerências, retrocessos e absurdos da atuação policial profissional na tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Ricardo Dias Pereira e José C. dos Santos indicam a necessidade de romper o pensamento que historicamente instituiu um viés fortemente militar à instituição policial, uma instituição que historicamente esteve orientada a garantir a paz social nas fronteiras sob os auspícios do combate ao inimigo/estrangeiro, ao criminoso/infrator e a ilegalidade.

Igor Catalão e João H. Zoehler Lemos ampliam a ideia de integração regional fronteiriça para cidades médias, polos ou referência de seus respectivos países nos limites. Tomando as cidades de Posadas, Chapecó e Passo Fundo como organizadoras de diferentes regiões, localizadas dentro, entre e acima dos Estados nacionais e Provinciais/Estaduais a que pertencem, os autores indicam que são cidades articuladoras da circulação de bens, serviços e pessoas, e com capacidade para se posicionarem como espaço regional central e orientar a efetivação da integração e do desenvolvimento na região de fronteira. Isso, em sintonia com o que os autores chamam de regionalismo multiescalar. Finalmente, Carlos A. Fulco, Mario R. Berent e Vitor I. Preto Guerra trabalham, a partir de uma universidade de fronteira, para nos dar uma paisagem própria de integração regional transfronteiriça, em quatro municípios da fronteira seca argentino-brasileira que - nos limites da normatividade estadocentrico - eles insistem em tornar as cidades gêmeas estrutural e funcionalmente uma conurbação binacional transfronteiriça que promova o desenvolvimento socioeconômico conjunto, enfatizando suas potencialidades e compensando suas fraquezas, em um modelo estratégico-colaborativo diametralmente oposto à concorrência aberta.

Convidamos os leitores a iniciar, sem mais delongas, a leitura dos trabalhos contidos neste dossiê, olhando atentamente para a multiplicidade de paisagens fronteiriças que os autores delineiam e a escutam reflexivamente sobre as inúmeras vozes que suas páginas nos trazem no termo regional transfronteiriço.

Norma Oviedo
Diana Arellano
Maristela Ferrari
Alexandre Bergamin Vieira